



Porto do Açu Operações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Porto do Açu Operações S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açu Operações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Açu Operações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Porto do Açu Operações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

1 - Valor recuperável de propriedades para investimento e ativo imobilizado

Veja as Notas n. 15 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria avaliou esse assunto
A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor de ativos, quando possível individualmente, e em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável da UGC utilizou-se do método de fluxo de caixa futuro, com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes relacionadas com as projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado, projeção da receita na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: – Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e as metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa futuro, como o crescimento econômico projetado para o setor, estimativa das receitas projetadas, a inflação de custos e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas. – Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pela Administração. – Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor recuperável. – Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos das propriedades para investimento e do ativo imobilizado e intangível, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

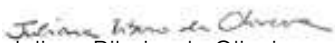
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
CRC RJ-095335/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	35.915	50.590	41.993	56.873
Caixa restrito	6	48.998	253.466	48.998	253.466
Depósitos bancários vinculados		10	21	22	44
Clientes	7	43.366	30.743	44.324	31.639
Clientes - Partes Relacionadas	7 e 19	3.010	12.211	2.900	12.223
Despesas antecipadas		2.346	723	2.390	745
Impostos a recuperar	8	4.075	22.789	4.660	23.310
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	-	-	1.117	1.393
Estoques		5.523	1.876	5.523	1.876
Partes Relacionadas – outras contas a receber	19	815	811	243	166
Outros valores a receber		3.978	8.916	3.687	8.335
Total do ativo circulante		148.036	382.146	155.857	390.070
Não circulante					
Clientes	7	113.183	87.184	113.183	87.184
Clientes - Partes Relacionadas LP	7 e 19	69.643	46.278	69.643	46.278
Depósitos bancários vinculados		3.401	3.320	3.401	3.320
Depósitos restituíveis	10	50.430	58.760	50.430	58.760
Depósitos judiciais	11	12.129	11.223	12.768	11.804
Impostos a recuperar	8	1.373	1.802	1.373	1.802
Impostos diferidos	9	-	-	59	91
Despesas antecipadas LP		800	-	2.059	1.064
Partes Relacionadas – outras contas a receber	19	596.563	531.461	596.563	531.461
Créditos com terceiros LP	13	68.682	70.031	68.682	70.031
Debêntures	12	654.809	659.393	654.809	659.393
Investimentos	14	108.542	108.470	-	-
Propriedades para investimento	15	450.006	450.006	529.817	529.817
Imobilizado	16	2.605.828	2.678.681	2.629.355	2.702.071
Intangível	17	3.714	6.028	3.735	6.121
Ativo Diferido		5.564	11.634	-	-
Direito de uso	18	17.214	10.900	17.243	10.900
Total do ativo não circulante		4.761.881	4.735.171	4.753.120	4.720.097
Total do ativo		4.909.917	5.117.317	4.908.977	5.110.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	22	39.731	26.689	40.684	27.913
Salários e encargos a pagar		28.113	24.440	28.373	24.647
Outros Impostos e contribuições a recolher	21	10.467	1.910	10.589	2.063
Imposto de renda e contribuição social a recolher	21	-	-	1.119	1.567
Passivos de arrendamento	18	7.530	2.714	7.561	2.714
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	264.995	237.664	264.995	237.664
Partes relacionadas – contas a pagar	19	2.798	3.900	2.584	3.733
Adiantamento de clientes		4.424	210	4.424	212
Outros		201	-	203	-
Total do passivo circulante		358.259	297.527	360.532	300.513
Não circulante					
Fornecedores	22	-	146	-	152
Impostos e contribuições a recolher		11.667	-	11.667	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	5.154.844	5.095.734	5.154.844	5.095.734
Passivos de arrendamento	18	10.785	8.838	10.785	8.838
Obrigações com terceiros	13	-	19.880	-	19.880
Provisão para contingências	23	13.642	13.260	13.642	13.260
Provisão para perdas em investimentos	15	815	801	-	-
Outros passivos		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		5.191.753	5.138.659	5.191.422	5.138.348
Patrimônio líquido					
Capital social	26	4.385.484	3.753.207	4.385.484	3.753.207
Reservas de capital		246.999	621.012	246.999	621.012
Prejuízos acumulados		(5.272.578)	(4.693.088)	(5.275.642)	(4.703.092)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(640.095)	(318.869)	(643.159)	(328.873)
Participação de acionistas não controladores		-	-	182	179
Total do patrimônio líquido		(640.095)	(318.869)	(642.977)	(328.694)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.909.917	5.117.317	4.908.977	5.110.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	25	413.834	317.889	423.680	325.606
Custo dos serviços prestados	26	(266.961)	(230.135)	(274.360)	(235.834)
Lucro bruto		146.873	87.754	149.320	89.772
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	27	(129.797)	(121.947)	(124.534)	(115.380)
Reversão/(Provisão) para perda - depósitos restituíveis	10	(159)	4.389	(159)	4.389
Reversão/(Provisão) para perda sobre recebíveis	6, 7, 12 e 13	(7.570)	3.202	(7.457)	225
Receita na venda de ativo imobilizado		-	712	-	712
Outras receitas (despesas)		(526)	3.532	(342)	3.582
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		8.821	(22.358)	16.828	(16.700)
Receitas financeiras		79.049	78.972	79.621	79.994
Despesas financeiras		(667.636)	(698.116)	(667.852)	(698.376)
Resultado financeiro	28	(588.587)	(619.144)	(588.231)	(618.382)
Resultado de equivalência patrimonial	14	276	1.161	-	-
Resultado antes dos impostos		(579.490)	(640.341)	(571.403)	(635.082)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(1.119)	(1.946)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(31)	46
Prejuízo líquido do exercício		(579.490)	(640.341)	(572.553)	(636.982)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(579.490)	(640.341)	(572.550)	(636.975)
Acionistas não controladores		-	-	(3)	(7)
Resultado por ação		(0,42781)	(0,73889)	(0,42269)	(0,73501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(579.490)	(640.341)	(572.553)	(636.982)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(579.490)	(640.341)	(572.553)	(636.982)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(579.490)	(640.341)	(572.550)	(636.975)
Acionistas não controladores	-	-	(3)	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital				Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste IFRS (*)	Total Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de ações outorgadas	Variação percentual na participação de investidas						
Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.330.614	20.159	159.752	1.370	76	(4.052.747)	(540.776)	(13.369)	(554.145)	184	(553.961)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(640.341)	(640.341)	3.365	(636.976)	(5)	(636.981)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	862.248	-	-	-	862.248	-	862.248	-	862.248
Aumento de capital	422.593	-	(422.593)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.753.207	20.159	599.407	1.370	76	(4.693.088)	(318.869)	(10.004)	(328.873)	179	(328.694)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(579.490)	(579.490)	6.940	(572.550)	(3)	(572.553)
Variação percentual na participação de investidas	-	-	-	-	(6)	-	(6)	-	(6)	6	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	258.270	-	-	-	258.270	-	258.270	-	258.270
Aumento de capital	632.277	-	(632.277)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.385.484	20.159	225.400	1.370	70	(5.272.578)	(640.095)	(3.064)	(643.159)	182	(642.977)

(*) – veja nota explicativa nº 4.a.

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo líquido		(579.490)	(640.341)	(572.553)	(636.982)
Itens de resultado que não afetam o caixa:					
Provisão para IR e CSL	21	-	-	1.119	1.946
Provisão de IR/CSL diferido	21	-	-	31	(46)
Depreciação e amortização	16 e 17	162.631	150.154	157.243	144.505
Amortização direito de uso	18, 26 e 27	10.675	1.655	10.768	1.655
Amortização do custo de transação	20 e 28	25.610	25.961	25.610	25.961
Resultado de equivalência patrimonial	14	(276)	(1.161)	-	-
Baixa de ativo	16 e 17	153	1.438	244	1.458
Provisão (reversão) de perdas sobre recebíveis	6, 7, 12 e 13	7.570	(3.202)	7.457	(225)
Variação monetária e juros - outros	28	(69.320)	601.100	(69.373)	600.993
Variação monetária e juros - empréstimos	20 e 28	637.214	-	637.214	-
Provisão (reversão) de perdas sobre depósitos restituíveis	10	159	(4.389)	159	(4.389)
Provisão para bônus	26 e 27	23.204	17.781	23.363	17.912
Provisão para contingências	23	115	(257)	115	(257)
Provisão de fornecedores		4.646	(236)	4.426	(428)
Receita linear	7	(32.947)	(34.104)	(32.947)	(34.104)
Impostos e contribuições s/ Receita Linear	9	11.667	-	11.667	-
		201.611	114.399	204.543	117.999
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:					
Clientes	7	(21.592)	17.373	(21.419)	13.680
Impostos a recuperar	8	19.143	24.013	19.079	24.002
IR e CSLL a recuperar e diferido	8	-	-	276	(200)
Depósitos bancários vinculados		(67)	706	(56)	714
Depósitos restituíveis	10	9.506	12.201	9.506	12.201
Depósitos judiciais	11	(92)	(94)	(92)	(50)
Partes Relacionadas – ativo e passivo	19	3.026	2.824	2.906	1.717
Despesas Antecipadas		(2.423)	(104)	(2.640)	(648)
Fornecedores	22	8.250	(2.614)	8.193	(2.870)
Estoques		(3.647)	306	(3.647)	307
Impostos e contribuições a recolher	21	8.557	141	6.958	(1.275)
Salários e encargos a pagar	26 e 27	(19.531)	(16.445)	(19.637)	(16.546)
Adiantamento de clientes		4.214	(18.429)	4.212	(18.429)
Provisão para contingência	23	-	(12.337)	-	(12.337)
Outros		5.234	5.928	4.951	6.005
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		212.189	127.868	213.133	124.270
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de bens do imobilizado	16	(100.763)	(33.171)	(101.599)	(35.654)
Aquisição de bens intangíveis	17	(667)	(1.094)	(667)	(1.094)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	14	(2.035)	(980)	-	-
Propriedades para investimento	15	-	(2.867)	-	(2.867)
Aumento de capital em controlada	14	-	(1.598)	-	-
Recebimento de parte relacionada – venda de ativos	19	-	20.814	-	20.814
Dividendos	14	2.248	1.715	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(101.217)	(17.181)	(102.266)	(18.801)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	258.270	862.248	258.270	862.248
Caixa restrito	6	204.489	(235.128)	204.489	(235.128)
Passivo de arrendamento	18	(12.023)	(2.109)	(12.123)	(2.109)
Empréstimos liquidados com terceiros	20	(50.209)	(95.366)	(50.209)	(95.366)
Juros pagos	20	(526.174)	(644.251)	(526.174)	(644.251)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(125.647)	(114.606)	(125.747)	(114.606)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(14.675)	(3.919)	(14.880)	(9.137)
Caixa e equivalentes no início do exercício		50.590	54.509	56.873	66.010
Caixa e equivalentes no fim do exercício		35.915	50.590	41.993	56.873
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(14.675)	(3.919)	(14.880)	(9.137)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Porto do Açu Operações S.A. (“Porto do Açu” ou “Companhia”), situada à Rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açu, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014. A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

O Terminal Multicargas (T-MULT) atingiu ano passado novo recorde, com movimentação de 2,1 milhão (*) de toneladas. Em 2023, novas soluções logísticas também foram implementadas e houve aumento de 33% (*) de novas cargas movimentadas em comparação a 2022. Desde o início das atividades em 2016, o T-MULT já registrou crescimento anual médio de 43% (*) e o acumulado de 8 milhões de toneladas (*) e 51 clientes no portfólio (*), sendo sete destes novos no ano de 2023.

(*) informação não auditada

2 Licenças e autorizações:

Licenças ou autorizações vigentes e obtidas até 31 de dezembro de 2023:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu (*)	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rododiferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Açu (*)	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018
Porto do Açu	Licença de operação que autoriza o <i>T-Mult</i> dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos). Renovação da LO IN034002	LO nº IN03957	21/06/2023	21/06/2035
Porto do Açu (*)	Autorização para a extração de água bruta subterrânea em 02 (dois) poços tubulares, com a finalidade de uso industrial (sistema de resfriamento, aspersão de pilhas de carvão e coque, fabricação de lama de perfuração), e outros (limpeza de dependências).	OUT nº IN028801	13/11/2014	13/11/2019

Porto do Açu (*)	Autorização ambiental que permite o fundeio de plataformas e embarcações <i>offshore</i> na área do T2 e sua atracação nos molhes norte e sul deste mesmo terminal.	AA nº IN050670	25/11/2019	25/11/2021
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049	04/11/2011	04/11/2014
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Certificado para atestar a inexistência de dívida financeira referente à infração ambiental, anexo (geralmente solicitamos estes certificados quando requerido por algum potencial parceiro de negócios).	CA nº IN042911	19/12/2017	Indeterminado
Porto do Açu	Licença concedida autorizando a localização, instalação e operação de um ponto de abastecimento de máquinas e veículos automotores, possuindo 03 tanques aéreos com capacidade de 30m³ cada.	LAS nº IN046935	29/10/2018	29/10/2023
Porto do Açu	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre. Estocagem temporária de granel sólido não perigoso denominado Espodumênio na área do Canteirópolis, nas dependências do Terminal 2.	LI nº IN050940	13/01/2021	13/01/2024
Porto do Açu	Licença para implantação da Linha de Transmissão denominada LT-345 kV Subestação (SE) Complexo Subestação (SE) OSX 345 kV, com 7 km de extensão e 50 metros de faixa de servidão.	LI nº IN051690	05/10/2021	04/11/2025
Porto do Açu	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, vias de acesso e de distribuição de cargas e sistemas de utilidades.	LI nº IN051258	28/04/2021	27/04/2026
Porto do Açu	Para o manejo e transporte de fauna silvestre, visando o monitoramento da biota aquática próximo ao Pátio de Cargas Gerais na área do Complexo do Açu, em atendimento a Licença de Instalação Nº IN051258 (Processo E-07/505928/2009)	LI nº IN012936	03/03/2023	03/03/2025
Porto do Açu	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na Fazenda Saco Dantas.	LI nº IN006287	30/04/2021	30/04/2026

Porto do Açu	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra.	Outorga ANA 2.504	15/12/2020	17/12/2023
Porto do Açu	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra.	Outorga ANA 2.505	15/12/2020	17/12/2023
Porto do Açu	Licença para fundeio, atracação e prestação de serviços de apoio na área do Terminal de Uso Privado - TUP Molhe Sul e no canal do T2, incluindo apoio logístico e portuário (abastecimento de água e energia, fornecimento de combustíveis, materiais e produtos químicos, coleta e destinação de todos os tipos de resíduos e efluentes contidos nas embarcações); reparos, manutenção e montagem eletromecânica em embarcações (limpeza de tanques, movimentação, instalação, inspeção, reparo e testes de equipamentos, limpeza e pintura de casco), fornecimento de combustíveis; mobilização temporário (cargas gerais e químicas).	LO N° IN052580	30/12/2021	26/12/2033
Reserva Ambiental	Licença Prévia e de Instalação que autoriza a localização e implantação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável da RPPN Caruara.	LPI n° IN009339	16/06/2021	16/06/2023
Águas Industriais	Outorga que autoriza a captação de água no poço T2-5. Objeto detalhado: "extração de água bruta em um poço tubular, com as finalidades de uso consumo e higiene humana, uso industrial (operações portuárias, instalações industriais e equipamentos, sistema de resfriamento, fornecimento a embarcações, sistema de aspersão de cargas), construção civil e limpeza de dependências, na Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, na quantidade e sob as condições constantes deste documento, sujeitos à cobrança, na forma prevista na Lei Estadual nº 4.247/03, em consonância com o § 1º do art. 27 da Lei Estadual nº 3.239/99. Número CNARH: 33.0.0289908/20 Ponto: Poço T2-5 Código de interferência: 1119684 Vazão máxima instantânea: 95,0 m³/h Vazão média: 95,0 m³/h Volume máximo diário: 1.900,0 m³/dia Tempo: 20 h/d Período: 30 d/mês Coordenadas geográficas: Lat. 21° 52' 33,0" S e Long. 41° 2' 0,7" O DATUM: SIRGAS2000 Lançamento informativo: Volume máximo diário de 78,32 m³ realizado em um canal de navegação artificial conectado diretamente ao mar, denominado pelo requerente de Canal do terminal 2."	OUT N° IN010339	08/10/2021	08/10/2026
Porto do Açu (*)	Autorização para extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT n° IN038837	02/06/2017	02/03/2022
Porto do Açu (*)	Autoriza o manejo de fauna para a realização do monitoramento de biota aquática, obrigatório como parte do licenciamento do canal do terminal 2.	AA n° IN004240	26/08/2019	26/08/2022
Porto do Açu	Aprovação da concepção e localização do Terminal 2, planta portuária destinada à movimentação e armazenagem de cargas e produtos para importação e exportação de granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e carga de projeto, atividades de fabricação e montagem de máquinas, equipamentos e estruturas marítimas para indústria de produção e exploração de petróleo e gás e atividades de apoio a essas embarcações, inclusive pier de rebocadores.	LP n° IN052823	08/06/2022	07/06/2027
Porto do Açu	Para manejo e transporte de fauna silvestre, visando o monitoramento da biota aquática (fitoplâncton, zooplâncton e macrofauna bentônica) no Terminal de Múltiplo Uso (T-MULT) dedicado a movimentação de granéis sólidos e carga geral, em atendimento a Licença de Operação (LO) N° IN034002 (Processo E-7/002.4604/2015)	AA n° IN011645	29/06/2022	29/03/2024
Porto do Açu	O objeto dessa licença emitida em 22/08/2023, é: para dragagem com volume de 7.428.136,00 m³ para implantação de um Canal de Navegação composto por um Canal de Acesso Marítimo Offshore e um Canal de Atracação Onshore com implantação de estruturas de atracação e demais estruturas náuticas, com alijamento em Bota Fora marinho licenciado, bem como disposição do material dragado em depósitos terrestres. Substituição da Licença LPI n° IN030901	LI IN052923	22/08/2022	20/08/2030

Porto do Açu	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação.	OUT N° IN011479 em renovação a OUT n° IN001541	23/05/2023	23/05/2027
Porto do Açu	Para localização, instalação e operação de um centro náutico, localizado no terminal 2 ("T2") do Porto do Açu, incluindo atalaia, praticagem, manutenção da sinalização náutica e de lanchas, rampa de acesso, base de pronto atendimento a emergências (BP AE), píer modular e base operacional dos rebocadores a ser instalada em uma área de 14.833,12 m², georreferenciada através das coordenadas UTM SIRGS 2000 fuso 24k 293130.00 m E 7578446,00 m N.	LAU n° IN11709	06/06/2022	16/02/2028
GSA	Licença para localização de futura Usina Fotovoltaica (UFV Dunas) para geração de energia solar com 220,9 MW de potência líquida declarada e de suas respectivas instalações de transmissão de interesse restrito ao empreendimento	LAU n° IN052621	26/01/2022	25/01/2027
Porto do Açu	Levantamento e manejo de fauna silvestre na área do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), visando subsidiar a elaboração do EIA/RIMA em futuros processos de licenciamento ambiental na área.	AA n° IN05257	10/10/2023	10/10/2025
Porto do Açu	Licença para tamponar um poço tubular, com profundidade de 249,5 metros, para atender as diretrizes do estudo hidrogeológico confeccionado para o local. Poço t2/4 Região Hidrográfica: Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	AA n° IN001410	10/07/2023	10/07/2024

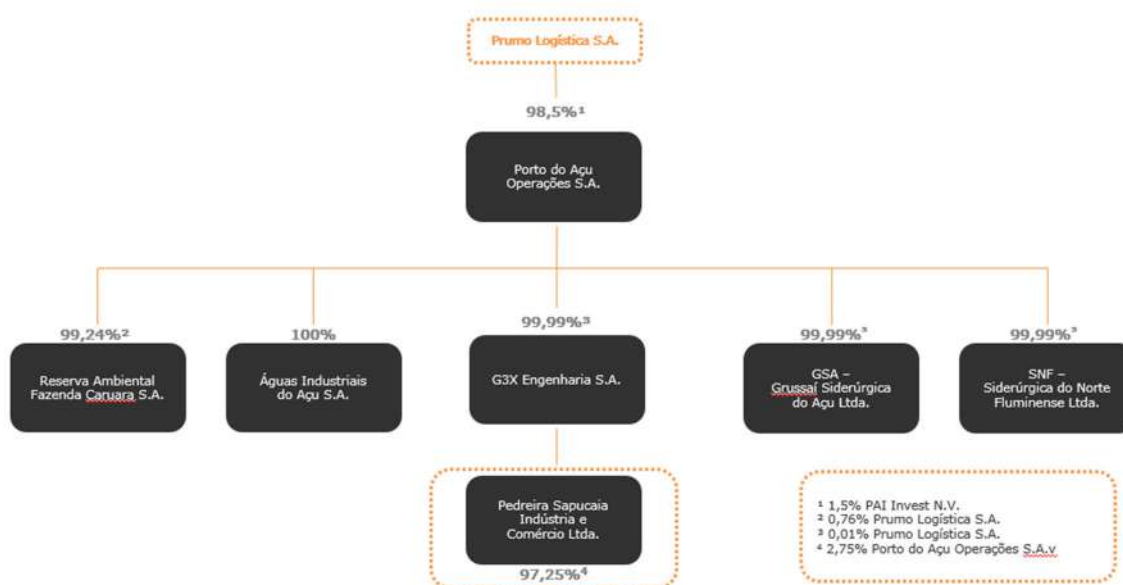
(*) Licenças em processo de renovação. Prorrogação automática do prazo de expiração de licenças ambientais até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente mediante requerimento tempestivo, prevista na Lei Complementar nº 140/2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Empresas do grupo

Controladas diretas:	País	Participação acionária	
		2023	2022
G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Aço S.A. ("Águas Industriais", antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Aço Ltda. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,24%	99,20%
Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%

Controladas indiretas:			
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,25%



Além da Porto do Aço, as controladas Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara") e Águas Industriais do Aço ("Águas Industriais") já se encontram em operação e a controlada Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia") operou entre o período de 2012 e 2013, onde teve sua operação paralisada em 2014 decorrência da não existência de demanda. As demais empresas controladas, por estratégia da Controladora, não possuem atividades operacionais.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia que terminará em 2024. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do exercício da Companhia desde o início de suas operações em 2014.

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas nessas Demonstrações financeiras pelas entidades controladas pela Companhia.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em 04 de março de 2024. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre elas até a referida data.

c) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo consolidado no exercício de R\$572.553 (R\$636.982 em 31 de dezembro de 2022), capital circulante consolidado negativo de R\$204.675 (e positivo em R\$89.557 em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido consolidado negativo de R\$642.977 (negativo em R\$328.694 em 31 de dezembro de 2022).

O acionista majoritário da controladora, Prumo Logística, possui um compromisso de aporte adicional na Porto do Açu para pagamento de serviço da dívida, em caso de insuficiência financeira. Em 31 de dezembro de 2023, conforme previsto em contrato, o valor corrigido a IPCA era cerca de R\$ 816 milhões. Este valor, em números estimados, é o equivalente a 3 (três) amortizações semestrais do financiamento da companhia.

Além desses fatores, a Companhia considera em seu plano de negócios de longo prazo estudos técnicos de viabilidade e fluxo de caixa projetado para mais de 10 anos. A maioria dos contratos existentes e previstos são de longa duração, ratificando a previsão de resultados futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Adicionalmente, com base nos contratos existentes, incluindo o compromisso dos acionistas, e informações disponíveis e dados concretos, a Administração reavaliou suas projeções de investimentos, custos, despesas, caixa operacional, recebíveis, recuperabilidade de ativos e concluiu que, neste momento, não há nenhuma alteração significativa a ser considerada e que coloque em dúvida a continuidade operacional da Porto do Açu.

Por fim, considerando as informações acima, com destaque para as garantias recebidas do acionista Controlador e o histórico de crescimento operacional descrito na nota explicativa N°1 – Contexto operacional, as demonstrações financeiras da Porto do Açu foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

f) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 8 e 31: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

— Nota explicativa 9: Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

possam ser utilizados;

— Nota explicativa 16 e 17: Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

— Nota explicativa 23: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme descrito na Nota explicativa 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 15: Propriedade para investimento;
- Nota explicativa 31: Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas, descritas na Nota explicativa 3 – Empresas do Grupo.

Saldo e transações entre companhias do grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transação entre companhias do grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para o real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha Caixa e equivalente de caixa no montante de R\$35.915 (R\$50.590 em 31 de dezembro 2022). O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA conforme metodologia S&P Global Rating.

A provisão de perda estimada foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. Os efeitos para 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados na Nota explicativa nº 6 – Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito.

O caixa e equivalente de caixa detêm de um risco baixo de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

(ii) Contas a Receber

Para o Contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Porto do Aço e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo	Vida útil (Anos)
Edificações	25 a 40
Pier de apoio T2	60
Canal T2	15
Defensas T2	10
Pier T-Mult	60
Defensas Pier T-Mult	10
Quebra-Mar T2	60
Vias de acesso	10 a 20
Pier molhe sul T2	60
Benfeitorias	25
Instalações	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5 a 20
Terrenos	0

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo Intangível	Vida útil (Anos)
Licenças de Uso de Software	5

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 – Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

k) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06(R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC4.

Os principais ativos de arrendamento classificados pela Companhia são demonstrados no quadro abaixo:

Classe ativo	Ativo objeto	Taxa de desconto aplicada % a.a.
Imóvel	Sala comercial	10,60
Imóvel	Prédio	7,73
Máquinas e equipamentos	Trator	7,69
Máquinas e equipamentos	Plataforma elevatória	6,95
Máquinas e equipamentos	Galpão pré-moldado com sistema CFTV e anti-explosão	7,58
Veículos	Caminhão	7,40

- **Isenção no reconhecimento**

- Arrendamentos de curto prazo – Para contratos com um prazo de 12 meses ou menos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

- Arrendamentos de baixo valor – A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor, os valores de pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de forma linear pelo prazo de arrendamento.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que antes eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais após a norma estão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerará impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação deles.

m) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

o) Receita operacional

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento. As principais receitas da Companhia e suas controladas são provenientes de:

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

(ii) Serviços portuários

Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado.

Essas operações portuárias representam obrigações de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, ou seja, substancialmente serviços com o mesmo padrão de transferência para o cliente e que permite serem contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo usando o método da porcentagem de conclusão.

A receita é mensurada com base no preço do serviço especificado nas tarifas avaliadas considerando as características do serviço ou no contrato específico do

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

cliente. O preço do contrato pelos serviços prestados reflete o valor transferido para o cliente.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

s) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme Nota explicativa 33.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

t) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Com base na avaliação da administração, essas novas normas não afetam materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6 Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito

a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	448	881	1.015	2.376
CDBs e Operações compromissadas	35.471	49.711	40.982	54.500
Equivalentes de caixa	35.919	50.592	41.997	56.876
Provisão de perdas estimadas	(4)	(2)	(4)	(3)
Caixa e Equivalentes de caixa	35.915	50.590	41.993	56.873

Os equivalentes de caixa são recursos aplicados em certificado depósito bancário e em operações compromissadas, cujos prazos, de vencimentos são de até três meses contados a partir de aquisição e com liquidez diária.

b. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa Restrito	49.003	253.492	49.003	253.492
Provisão de perdas estimadas	(5)	(26)	(5)	(26)
	48.998	253.466	48.998	253.466

O caixa restrito consiste em montantes depositados em conta bancária no percentual de 25% (15% em 31 de dezembro de 2022) sobre os recursos recebidos pela Porto do Açu, conforme estabelecido no anexo I do contrato de financiamento. Esses recursos são utilizados como "Garantia" ao referido empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 2023, a Porto do Açu, recebeu de sua acionista majoritária, via eventos de liquidez, o valor total de R\$ 258.270, tendo em vista os eventos de amortização da dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas – Nota 19) (a)	70.434	56.099	70.306	56.047
Serviços portuários (Partes relacionadas – Nota 19)	3.203	2.564	3.203	2.564
Outros	-	-	24	65
Provisão de perdas estimadas	(984)	(174)	(990)	(175)
Total de Clientes – Partes Relacionadas	72.653	58.489	72.543	58.501
Cessão do direito real de superfície (b)	131.465	106.811	131.506	106.864
Serviços portuários	25.605	11.576	25.606	11.577
Outros	476	6	1.407	982
Provisão de perdas estimadas	(997)	(466)	(1.012)	(600)
Total de Clientes Gerais	156.549	117.927	157.507	118.823
Total Geral	229.202	176.416	230.050	177.324
Circulante	46.376	42.954	47.224	43.862
Não circulante	182.826	133.462	182.826	133.462

O saldo a receber refere-se a:

- (a) Refere-se, essencialmente, pelo reconhecimento de receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde foi instalada uma usina termelétrica. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento da receita deste referido contrato em 31 de dezembro de 2023 foi mensurado no valor total de R\$69.855 (R\$ 55.388 em 31 de dezembro de 2022), compreendendo as faturas já emitidas com expectativas de recebimento a partir de 2025 e a parcela da linearização da receita.
- (b) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: GNA II, Technip, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Oceanpact, NFX, VIX Logística, Minas Gusa, Mills

O quadro abaixo demonstra a movimentação e o cálculo da perda esperada por vencimento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(640)	(775)
(Adições)	(1.720)	(1.740)
Reversões	379	513
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.981)	(2.002)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.865)	(1.024)
(Adições)	(332)	(455)
Reversões	3.557	704
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(640)	(775)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Aging do contas a receber:

	Controladora				Consolidado			
	2023		2022		2023		2022	
	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada
A Vencer	222.447	(668)	176.665	(530)	223.297	(675)	177.581	(538)
Vencidos:								
Até 1 mês	4.256	(255)	291	(11)	4.256	(255)	291	(11)
Até 3 meses	258	(19)	7	(5)	258	(19)	7	(5)
De 3 a 6 meses	1.522	(228)	94	(94)	1.524	(228)	94	(94)
De 6 a 12 meses	2.700	(811)	-	-	2.713	(820)	-	-
Acima de 12 meses	-	-	-	-	5	(5)	127	(127)
Total	231.183	(1.981)	177.057	(640)	232.053	(2.002)	178.100	(775)

A Companhia possui como critério para avaliação de crédito e cálculo da perda esperada de recebíveis a análise dos seguintes itens:

- Demonstrações financeiras;
- Rating do Serasa.

A maior parte dos recebíveis que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 é decorrente de sua atividade de cessão do direito real de superfície. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia continua avaliando os futuros impactos em seus recebíveis em decorrência da situação financeira e econômica do país e de seus clientes.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre serviços ("ISS")	192	454	192	454
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	1.185	1.348	1.185	1.348
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	2.987	3.152	3.088	3.231
Programa de integração social ("PIS")	538	4.043	580	4.043
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS")	-	15.561	192	15.561
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	539	33	544	1.868
Outros	7	-	1.369	-
	5.448	24.591	7.150	26.505
Circulante	4.075	22.789	5.777	24.703
Não circulante	1.373	1.802	1.373	1.802

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34% a.a. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	1.241.093	1.089.697	1.242.262	1.090.592
Base negativa de contribuição social	446.794	392.291	447.214	392.613
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	6.922	14.334	6.928	14.345
Provisão para PPR	5.263	4.110	5.317	4.155
Provisão para perdas estimadas/recebíveis	18.153	15.719	18.161	15.766
Provisão contingências trabalhista	479	460	479	460
Provisão contingências cíveis	106	-	106	-
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	-	-	7.116	7.116
Provisão para perda de ativos	25.060	29.187	25.060	29.187
Apropriação PIS e COFINS – Depreciação Fiscal	16.704	17.092	16.704	17.092
Diferimento do PIS e COFINS - Receita Linear	3.966	2.930	3.966	2.930
Outros	5	5	5	
Total de créditos fiscais diferidos ativos	1.767.211	1.568.491	1.775.984	1.576.927
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - <i>Valuation allowance</i> (b)	(1.711.480)	(1.518.038)	(1.720.194)	(1.526.383)
Total de impostos diferidos ativos	55.731	50.453	55.790	50.544
Diferença temporária - Passivo fiscal diferido				
Juros capitalizados	(12.849)	(18.773)	(12.849)	(18.773)
Receita Linear (Diferimento) (c)	(42.882)	(31.680)	(42.882)	(31.680)
Total de impostos diferidos	-	-	59	91

- (a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.
- (b) Trata-se de provisão para não realização de IRPJ e CSLL diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, gerados pela Controladora e suas controladas Reserva Ambiental, G3X, GSA e SNF, em função da ausência de expectativa de resultados tributáveis futuros suficientes para utilização integral desse ativo fiscal diferido.
- (c) As receitas oriundas dos contratos de "Cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície", tomando por base o CPC 06, são contabilizadas mensalmente de forma linear, pelo período do contrato. A Companhia reconhece o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) diferidos sobre a Receita Linear, levando tal resultado a tributação no início da contraprestação destes contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Depósitos restituíveis

	Consolidado				2023
	2022	Recebimentos	Reversão da Provisão p/ perda	Atualização monetária	
Porto do Açu	58.760	(9.506)	(159)	1.335	50.430
	58.760	(9.506)	(159)	1.335	50.430

No cenário das ações de desapropriação ajuizadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) visando à implantação do Distrito Industrial de São João da Barra, a Companhia propôs voluntariamente aos proprietários e possuidores de imóveis localizados na área do Distrito a aquisição de seus direitos sobre os imóveis, mediante pagamento de valores estabelecidos nos laudos de avaliação contidos nos respectivos processos de desapropriação.

Assim, entre os anos de 2011 e 2015, a Companhia, mediante acordos privados, adquiriu de diversos proprietários/possuidores os direitos sobre as áreas por eles ocupadas, tendo como objetivo viabilizar o recebimento imediato das indenizações pelos antigos ocupantes, bem como a desocupação amigável das áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos no Distrito Industrial de São João da Barra.

Em razão da celebração dos acordos privados – e consequente adiantamento de indenizações aos proprietários/possuidores de imóveis –, a Companhia passou a ter o direito de realizar para si o levantamento dos valores depositados em juízo nos processos de desapropriação referentes a estes imóveis.

No ano de 2023, a Porto do Açu recuperou, por meio de levantamentos em processos de desapropriação, o montante de R\$9.506 (R\$ 12.397 no ano de 2022) referente aos depósitos iniciais nos processos de desapropriação envolvendo os imóveis por ela adquiridos.

A Administração, com base em parecer de sua assessoria legal externa, entende que, neste fechamento contábil, há a possibilidade jurídica de levantamento de R\$53.310 (R\$61.481 em 31 de dezembro de 2022) atualmente depositados nas ações judiciais e atualizados, sendo do montante total, reconhecido como provisão de perda o valor de R\$ 2.880 (R\$ 2.721 em 31 de dezembro de 2022) referente aos casos com prognóstico de remota.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Controladora					
	2022	Adições	Baixas	Atualização	2023
Patrimônio da União (a)	10.829	-	-	757	11.586
Outros (b)	394	105	(13)	57	543
	11.223	105	(13)	814	12.129

Consolidado					
	2022	Adições	Baixas	Atualização	2023
Patrimônio da União (a)	10.829	-	-	757	11.586
Outros (b)	975	105	(13)	115	1.182
	11.804	105	(13)	872	12.768

- (a) Depósito judicial realizado em ação judicial ajuizada em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ("espelho d'água"), nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas" celebrado em 6 de outubro de 2010. Em 31 de dezembro de 2023, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza o montante consolidado estimado de R\$ 11.586 (R\$ 10.829 em 31 de dezembro de 2022).
- (b) Outros depósitos judiciais realizados em ações cíveis e trabalhistas somam o montante de R\$1.182 em 31 de dezembro de 2023 (R\$975 em 31 de dezembro de 2022).

12 Debêntures

a. Debêntures OSX

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Aço subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de **R\$734.677** dada as seguintes condições:

	Data de emissão:	Data Vencimento (**):	Taxa de juros (a. a.):	Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 4ª série (*)	08/01/2015	08/01/2055	CDI	723.716	723.716
DIP – 3ª série (*)	15/01/2016	15/01/2036	CDI + 2%	10.961	10.961
Subtotal das Debêntures:				734.677	734.677
(-) Provisão para perda estimada				(46.031)	(45.541)
Total das Debêntures:				688.646	689.136
Direito real de superfície (não contabilizado) (vi)				(33.837)	(29.743)
Total:				654.809	659.393

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) As Debêntures - 3ª Série tem vencimento em 10 anos, prorrogáveis pelo mesmo período e as Debêntures - 4ª Série tem vencimento em 20 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

(**) Data de vencimento considerando a possível prorrogação das debêntures

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é composto por: (i) R\$642.301 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 646.886 em 31 de dezembro de 2022) relativos aos custos de construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$32.117 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 31.626 em 31 de dezembro de 2022) referentes à cessão do direito real de superfície referente ao período de agosto de 2013 até julho de 2014, (v) R\$2.954 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos aos custos de licenciamento e (vi) R\$33.837 (R\$ 29.743 em 31 de dezembro de 2022) referentes à cessão do direito real de superfície devidos a partir de agosto de 2014 até julho de 2015, porém, não contabilizados por não atender plenamente os critérios de reconhecimento de receita (CPC 47/IFRS15), dado à improbabilidade de benefícios econômicos futuro associados a essa transação.

Do montante total de Debêntures, a Administração constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$46.031 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 45.541 em 31 de dezembro de 2022), conforme detalha o quadro da nota explicativa acima.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total dos créditos reconhecidos como Debêntures 3ª e 4ª série, não foram contabilizados, até a data base, por não atenderem aos critérios do CPC 25, o montante de juros remuneratórios de R\$ 865.055 (R\$680.003 em 31 de dezembro de 2022).

Caso, eventualmente, a OSX não honre com o contrato de Debêntures, os montantes descritos nos itens (i) e (iii) serão agregados ao Ativo Imobilizado e "Propriedade para Investimento", respectivamente, e deverão ser futuramente avaliados com base na norma contábil CPC 01 para verificar sua eventual recuperabilidade. Detalhes divulgados na Nota explicativa nº 16 – Imobilizado – Teste de *Impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13 Créditos e obrigações com terceiros

a. Créditos com terceiros

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Créditos de Remoc (*)	68.682	64.668
Crédito – Adiantamento contratual	8.550	8.550
Total de créditos:	77.232	73.218
(-) Provisão para perda estimada	(8.550)	(3.203)
Outros créditos	-	16
	68.682	70.031

(*) Referente a obras do entorno. Caso a OSX não honre tais pagamentos, o montante será agregado integralmente ao custo do Ativo Imobilizado “Canal T2” e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações, conforme norma contábil CPC 01 e detalhes divulgados na Nota explicativa nº 16 – Imobilizado – Teste de *Impairment*.

b. Outros valores a receber - OSX:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cessão do direito de uso	420.301	350.043
Total dos créditos:	420.301	350.043
Direito real de superfície (não contabilizado)	(420.301)	(350.043)
Total:	-	-

Considerando que em Dezembro de 2012 a Porto do Açu e OSX celebraram um Instrumento Particular para Cessão Onerosa do Direito de Uso e Futura Concessão do Direito Real de Superfície (“Contrato de Cessão”); que em Novembro de 2013 a OSX pediu recuperação judicial, tendo seu plano aprovado, o qual determinava, dentre outras medidas, a suspensão da exigibilidade das contraprestações até Dezembro de 2016; que antes do final do período de carência determinado no plano de recuperação judicial, ambas as partes celebraram novo acordo que suspendia por mais 2 anos a exigibilidade das parcelas posteriores àquelas que foram subscritas em debêntures, ou seja, às parcelas devidas a partir de 2015; e que em setembro de 2018, a Porto do Açu celebrou junto ao Grupo OSX o termo de compromisso e Standstill, o qual estabelecia a suspensão da exigibilidade da cobrança referente às contraprestações enquanto estivesse em vigor. A Porto do Açu notificou o Grupo OSX, em 13 de outubro de 2023, sobre a não renovação do Standstill, o encerrando em 19 de outubro de 2023.

Em ato contínuo, a Porto do Açu notificou extrajudicialmente a OSX, em 23 de outubro de 2023, solicitando que até o dia 30 de outubro de 2023 fosse efetuado o pagamento das Contraprestações vencidas referentes ao período de agosto de 2015 a setembro de 2023, no valor total de R\$ 403.359.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No último dia do prazo concedido pela Porto do Açu para pagamento, o Grupo OSX propôs a tutela de urgência cautelar como medida preparatória a novo pedido de recuperação judicial e o Juízo da 3ª Vara Empresarial deferiu o pedido liminar formulado para suspender, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, (i) “a exigibilidade das obrigações pecuniárias cobradas em face do Grupo OSX, em especial aquela cobrada pela PDA”; (ii) “os efeitos de toda e qualquer disposição que preveja a rescisão de contratos por inadimplemento de dívidas sujeitas a esta medida ou por ajuizamento de procedimentos concursais de reestruturação de passivos, inclusive recuperação judicial”; e (iii) “os efeitos de toda e qualquer disposição que preveja a decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já negociadas, inclusive no que se refere às Debêntures da série ímpar emitidas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial...”.

Além dos valores apresentados na notificação de cobrança enviada pela Porto do Açu, no total de R\$ 403.359 (agosto/2015 a setembro/2023), existem as parcelas de outubro, novembro e dezembro de 2023 (R\$16.942), totalizando o saldo devedor de R\$420.301, sendo esse montante não reconhecido como receita nas Demonstrações Financeiras, por não atender todos os requisitos estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15).

O Grupo OSX e os seus principais credores, dentre eles a Porto do Açu, seguem em negociações no âmbito da mediação, de modo que a decisão supramencionada segue surtindo plenos efeitos, com a suspensão dos meios de cobrança.

c. Obrigações com terceiros

Após análise minuciosa de documentação histórica sobre o tema, a Controladora baixou o valor de R\$19.880 (o mesmo de 31 de dezembro de 2022), por entender que este não seria devido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Investimentos

a) Composição dos investimentos:

Investidas	%	2023	2023	2022	2023	2022
		Quantidade ações/quotas (mil)	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Total Investimentos	Total Investimentos
GSA	99,99%	35.020	32.818	32.859	32.815	32.857
Reserva Ambiental Caruara	99,24%	23.546	21.657	20.688	21.496	20.530
G3X	99,99%	38.791	20	59	-	25
Águas Industriais	100,00%	9.737	11.329	12.125	11.329	12.125
SNF	99,99%	45.113	42.900	42.932	42.900	42.932
Outros - Pedreira	2,75%	-	-	-	2	1
		152.207	108.724	108.663	108.542	108.470

b) Informações Financeiras Resumidas:

Investidas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	2023								Prejuízo acumulado
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Adiantament o para futuro aumento de capital - AFAC	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perd a na variação percentual	
GSA	99,99%	35.020	32.984	166	32.818	35.020	95	-	-	-	(2.297)
Reserva Ambiental Caruara	99,24%	23.546	22.789	1.132	21.657	23.546	243	500	-	-	(2.632)
G3X	99,99%	38.791	504	484	20	38.791	-	-	-	127	(38.898)
Águas Industriais	100,00%	9.737	43.632	32.303	11.329	9.737	557	-	1.035	-	-
SNF	99,99%	45.113	42.913	13	42.900	45.113	-	-	-	-	(2.213)
			142.822	34.098	108.724	152.207	895	500	1.035	127	(46.040)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2022											
Investidas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	34.153	33.213	353	32.859	34.153	95	467	-	-	(1.856)
Reserva Ambiental Caruara	99,17%	21.596	22.047	1.359	20.688	21.596	243	1.000	-	-	(2.151)
G3X	99,99%	38.745	545	485	59	38.745	-	25	-	127	(38.838)
Águas Industriais	100,00%	9.737	43.784	31.659	12.125	9.737	485	-	1.903	-	-
SNF	99,99%	44.868	42.937	6	42.932	44.868	-	80	-	-	(2.016)
			142.526	33.862	108.663	149.099	823	1.572	1.903	127	(44.861)

c) Movimentação dos investimentos – Participação em controladas:

	GSA	G3X	Reserva Ambiental	Águas Industriais	SNF	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	32.857	25	20.530	12.125	42.932	1	108.470
Equivalência patrimonial	(442)	(59)	(478)	1.452	(197)	-	276
Aumento de capital em controlada (AFACs integralizados)	400	20	1.450	-	165	-	2.035
Dividendos	-	-	-	(2.248)	-	-	(2.248)
Outros	-	14	(6)	-	-	1	9
Saldo em 31/12/2023	32.815	-	21.496	11.329	42.900	2	108.542

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15 Propriedades para investimento

	Consolidado	
	2022	2023
Porto do Açu	450.006	450.006
GSA Grussaí	31.695	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.219	5.219
SNF Siderúrgica	42.897	42.897
	529.817	529.817

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.777.340 equivalente a 1.959 mil m² da área total (R\$1.749.633 em 31 de dezembro de 2022 equivalente a 1.964 mil m² da área total).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Porto do Açu	2.605.828	2.678.681	2.604.964	2.677.846
Reserva Ambiental Caruara	-	-	16.394	16.022
Pedreira Sapucaia	-	-	462	462
Águas Industriais	-	-	7.535	7.741
	2.605.828	2.678.681	2.629.355	2.702.071

	Controladora						
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,70%	-	8,77%	13,17%	-	-	11,18%
Saldo em 2022	2.344.982	77.553	185.940	41.982	25.196	1.367	1.661
Adição	50	-	1.563	4.755	95.024	(714)	85
Transferência	59.172	-	39.362	2.365	(100.899)	-	-
Baixa (*)	(19.880)	-	-	(118)	-	-	(20)
Depreciação	(129.400)	-	(14.644)	(9.204)	-	-	(350)
Saldo em 2023	2.254.924	77.553	212.221	39.780	19.321	653	1.376
Custo	3.119.843	77.553	317.031	103.504	19.321	653	4.221
Depreciação acumulada	(864.919)	-	(104.810)	(63.724)	-	-	(2.845)
Saldo em 2023	2.254.924	77.553	212.221	39.780	19.321	653	1.376

(*) Baixa de R\$19.880 referente aos custos da obra do entorno "Gastos comuns", contrato entre Porto do Açu e OSX, anteriormente contabilizado como custo direto de imobilizado, partindo do pressuposto de sua responsabilidade com a OSX referente ao contrato ora citado. Detalhes nota explicativa nº 13 - Créditos e Obrigações com terceiros – item c.

	Controladora						
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,89%	-	4,76%	9,51%	-	-	8,84%
Saldo em 2021	2.463.521	77.553	192.375	43.716	10.047	1.130	958
Adição	208	-	100	8.055	23.586	237	985
Transferência	1.758	-	6.679	-	(8.437)	-	-
Baixa	-	-	-	(1.388)	-	-	(16)
Depreciação	(120.505)	-	(13.214)	(8.401)	-	-	(266)
Saldo em 2022	2.344.982	77.553	185.940	41.982	25.196	1.367	1.661
Custo	3.080.501	77.553	276.107	96.502	25.196	1.367	4.156
Depreciação acumulada	(735.519)	-	(90.167)	(54.520)	-	-	(2.495)
Saldo em 2022	2.344.982	77.553	185.940	41.982	25.196	1.367	1.661

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantament os	Outros Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,70%	-	8,64%	13,23%	-	-	11,36%
Saldo em 2022	2.344.147	87.238	199.311	42.940	25.262	1.367	2.702.071
Adição	50	-	1.615	4.885	95.174	(234)	101.599
Transferência	59.172	-	39.607	2.365	(101.144)	-	-
Baixa (*)	(19.880)	-	-	(118)	-	-	(20.018)
Depreciação	(129.400)	-	(15.154)	(9.371)	-	-	(154.297)
Saldo em 2023	2.254.089	87.238	225.379	40.701	19.292	1.133	2.629.355
Custo	3.119.008	87.238	331.031	104.956	19.292	1.133	3.667.059
Depreciação acumulada	(864.919)	-	(105.652)	(64.255)	-	-	(1.037.704)
Saldo em 2023	2.254.089	87.238	225.379	40.701	19.292	1.133	2.629.355

(*) Baixa de R\$19.880 referente aos custos da obra do entorno "Gastos comuns", contrato entre Porto do Açu e OSX, anteriormente contabilizado como custo direto de imobilizado, partindo do pressuposto de sua responsabilidade com a OSX referente ao contrato ora citado. Detalhes nota explicativa nº 13- Créditos e obrigações com terceiros – item c.

Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantament os	Outros Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,89%	-	4,64%	9,52%	-	-	8,73%
Saldo em 2021	2.462.686	87.238	199.172	44.436	14.976	1.130	2.810.624
Adição	208	-	231	8.381	25.492	237	35.654
Transferência	1.758	-	13.405	42	(15.206)	-	-
Baixa	-	-	-	(1.388)	-	-	(1.404)
Depreciação	(120.505)	-	(13.497)	(8.531)	-	-	(142.803)
Saldo em 2022	2.344.147	87.238	199.311	42.940	25.262	1.367	2.702.071
Custo	3.079.666	87.238	289.833	97.833	25.262	1.367	3.585.511
Depreciação acumulada	(735.519)	-	(90.522)	(54.893)	-	-	(883.440)
Saldo em 2022	2.344.147	87.238	199.311	42.940	25.262	1.367	2.702.071

Obras em andamento:

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção é composto, essencialmente, por obras de infraestrutura geral no valor de R\$19.321 (R\$25.196 em 31 de dezembro de 2022).

As controladas Águas Industriais e Reserva Ambiental Caruara não possuem saldo em 31 de dezembro de 2023.

Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ("impairment")

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente a recuperabilidade dos seus ativos ou quando existirem indicativos de desvalorização de maneira regular e verificar potenciais perdas por incapacidade de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias, sendo elas, arrendamento de área ("land lease"), movimentação de cargas (granéis, carga de projeto, cargas cobertas) e atracação de navios como uma única UGC Industrial Hub/T-Mult.

Na data base da avaliação a Companhia utilizou o valor em uso por UGC tendo como base as premissas listadas abaixo que inclui fatores internos externos:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;
- Taxa de desconto efetiva "rolling WACC" que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2023 foi de 10,17% a.a. a 13,51% a.a. em termos nominais (de 10,07% a.a. a 11,74% a.a. em 2022), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital ("Rolling WACC"); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,5% a.a. (3,25% em 2022).

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no plano de cinco anos "5Y Plan" e no planejamento de longo prazo da empresa. O 5Y Plan da companhia é um exercício financeiro realizado anualmente que contempla premissas detalhadas dos próximos 5 anos, em linha com a estratégia vigente, a nível de EBITDA e Fluxo de Caixa. Esse processo está presente dentro do ciclo orçamentário, e envolve todas as áreas responsáveis pelas projeções estratégicas e financeiras. É utilizado um sistema interno para análise dos inputs de forma bem específica e detalhada, com criação de cenários e estresse das premissas para uma maior assertividade e confiabilidade dos números.

Após os primeiros 5 anos de fluxo, é utilizado as projeções futuras de mais longo prazo (do 6º ano ao 22º ano) que tem um racional aprovado internamente, porém, com menos detalhes devido a longevidade do fluxo analisado. Esses dados coletados para o 6º ano em diante são revisados anualmente com as áreas envolvidas, e estão de acordo com o planejamento estratégico da empresa. No fim, é considerada uma taxa de perpetuidade correspondente ao IPCA para indicar a continuidade operacional da companhia. O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível, diferido, propriedades para investimento, direito de arrendamento, debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros).

Em 31 de dezembro de 2023, após revisão do teste de Impairment, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de uma nova provisão para recuperabilidade de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

seus ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult.

O saldo de provisão de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2023 é de R\$62.747 (R\$62.747 em 31 de dezembro de 2022). Esta condição de não recuperabilidade permanece em 31 de dezembro de 2023 para estes ativos.

Movimentação da provisão para recuperabilidade de ativos específicos:

	Consolidado	
	2022	2023
Estoque de estacas prancha	56.489	56.489
Equipamentos elétricos	6.258	6.258
	62.747	62.747

17 Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Licença de uso de software	20	3.670	5.984	3.691	6.087
Outros		44	44	44	34
		3.714	6.028	3.735	6.121

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC Industrial Hub/T-Mult mencionados na Nota explicativa nº 16 – Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação:

	Controladora			
	31/12/2023	Movimentação		31/12/2022
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo				
Licença de uso de software	9.140	667	(15)	8.488
Implantação de sistemas	44			44
	9.184	667	(15)	8.532
	31/12/2023	Movimentação		31/12/2022
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Amortização				
Licença de uso de software	(5.470)	(2.965)	(1)	(2.504)
	(5.470)	(2.965)	(1)	(2.504)
	3.714	(2.298)	(16)	6.028

	Consolidado			
	31/12/2023	Movimentação		31/12/2022
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo				
Licença de uso de software	9.161	666	(106)	8.601
Implantação de sistemas	44	-	-	44
	9.205	666	(106)	8.645

18 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A norma contábil IFRS 16 – Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia possui contratos de cessão de direito real de superfície nos quais, se apresenta como arrendador pelo conceito do IFRS. Todas estas operações são enquadradas como arrendamento operacional pela norma contábil, não possuindo a Companhia nenhum arrendamento financeiro. Informações sobre a receita destas operações de arrendamento se encontram na Nota explicativa nº 25 – Receita Líquida, e seu gerenciamento de risco está descrito na Nota explicativa nº 31 – Instrumentos Financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor.

A Companhia adotou isenções permitidas na norma tais como: exclusão de aplicação da IFRS 16 para ativos subjacentes com baixo valor e contratos com prazo até 12 meses.

A movimentação em 2023 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		Controladora							
	Taxa Incremental (anual) %	Saldo em 2022	Adições	Reajustes	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo em 2023
Ativos:									
Imóveis		5.434	217	-	(1.174)	-	-	-	4.477
Máquinas e equipamentos		5.466	16.640	132	(9.501)	-	-	-	12.737
Total do Ativo		10.900	16.857	132	(10.675)	-	-	-	17.214
Passivos:									
Imóveis		(1.599)	(40)	-	-	(1.612)	1.612	-	(1.639)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	446	15	-	-	341	-	(452)	350
Máquinas e equipamentos		(1.910)	(7.538)	(104)	-	(7.817)	10.411	-	(6.958)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	349	1.002	6	-	703	-	(1.343)	717
Passivo arrendamento CP		(2.714)	(6.561)	(98)	-	(8.385)	12.023	(1.795)	(7.530)
Imóveis		(6.113)	(239)	-	-	1.612	-	-	(4.740)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	1.180	47	-	-	(341)	-	-	886
Máquinas e equipamentos		(4.210)	(10.916)	(40)	-	7.817	-	-	(7.349)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	305	812	4	-	(703)	-	-	418
Passivo arrendamento LP		(8.838)	(10.296)	(36)	-	8.385	-	-	(10.785)
Total do Passivo		(11.552)	(16.857)	(134)	-	-	12.023	(1.795)	(18.315)
Resultado									
Amortização – Imóveis		-	-	-	1.225	-	-	-	1.225
Amortização – Máquinas e equipamentos		-	-	-	9.450	-	-	-	9.450
Despesa de locação		-	-	-	-	-	(12.023)	-	(12.023)
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	-	480	480
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	-	1.315	1.315
Resultado arrendamento		-	-	-	10.675	-	(12.023)	1.795	447

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado										
	Taxa Incremental (anual) %	Saldo em 2022	Adições	Reajustes	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Eliminação	Saldo em 2023
Ativos:										
Imóveis		5.434	217	-	(1.174)	-	-	-	-	4.477
Máquinas e equipamentos		5.466	16.762	133	(9.595)	-	-	-	-	12.766
Terrenos (*)		-	1.660	-	(1.367)	-	-	-	(293)	-
Total do Ativo		10.900	18.639	133	(12.136)	-	-	-	(293)	17.243
Passivos:										
Imóveis		(1.599)	(40)	-	-	(1.612)	1.612	-	-	(1.639)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	446	15	-	-	341	-	(452)	-	350
Máquinas e equipamentos		(1.910)	(7.613)	(105)	-	(7.872)	10.511	-	-	(6.989)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	349	1.009	7	-	704	-	(1.352)	-	717
Terrenos		-	(185)	-	-	(3.383)	3.383	-	185	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10.12	-	160	-	-	2.868	-	(2.916)	(112)	-
Passivo arrendamento CP		(2.714)	(6.654)	(98)	-	(8.954)	15.506	(4.720)	73	(7.561)
Imóveis		(6.113)	(239)	-	-	1.612	-	-	-	(4.740)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	1.180	47	-	-	(341)	-	-	-	886
Máquinas e equipamentos		(4.210)	(10.972)	(40)	-	7.872	-	-	-	(7.350)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	305	814	4	-	(704)	-	-	-	419
Terrenos		-	(3.703)	-	-	3.383	-	-	320	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10.12	-	2.068	-	-	(2.868)	-	-	800	-
Passivo arrendamento LP		(8.838)	(11.985)	(36)	-	8.954	-	-	1.120	(10.785)
Total do Passivo		(11.552)	(18.639)	(134)	-	-	15.506	(4.720)	1.193	(18.346)
Resultado										
Amortização – Imóveis		-	-	-	1.224	-	-	-	-	1.224
Amortização – Máquinas e equipamentos		-	-	-	9.544	-	-	-	-	9.544
Amortização – Terrenos		-	-	-	1.367	-	-	-	(1.367)	-
Despesa de locação		-	-	-	-	-	(15.506)	-	3.383	(12.123)
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	-	480	-	480
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	-	1.324	-	1.324
Despesa de juros – Terrenos		-	-	-	-	-	-	2.916	(2.916)	-
Resultado arrendamento		-	-	-	12.135	-	(15.506)	4.720	(900)	449

(*) Refere-se a contrato de cessão direito real de superfície em que a Porto do Açu cede terreno para a controlada Águas Industriais por 25 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber - Faturamento			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cessão do direito real de superfície:				
UTE GNA I (a)	69.855	55.388	69.878	55.412
Águas Industriais do Aço	282	266	-	-
Dome Serviços Integrados	-	150	-	150
NFX Combustíveis Marítimos	295	295	295	295
Vast infraestrutura	-	-	133	190
Total de clientes – Cessão onerosa:	70.432	56.099	70.306	56.047
Serviços portuários:				
UTE GNA I	3.052	2.564	3.071	2.564
NFX Combustíveis Marítimos	25	-	25	65
Vast infraestrutura	-	-	3	-
Dome Serviços Integrados	128	-	128	-
Total de clientes – Serviços Portuários:	3.205	2.564	3.227	2.629
Total de Clientes	73.637	58.663	73.533	58.676
Provisão para Perdas - Partes Relacionadas	(984)	(174)	(990)	(175)
	72.653	58.489	72.543	58.501
Circulante	3.010	12.211	2.900	12.223
Não circulante	69.643	46.278	69.643	46.278

- a) Refere-se, essencialmente, pelo reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde foi instalada uma usina termoeletrica. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento da receita deste referido contrato em 31 de dezembro de 2023 foi mensurado no valor total de R\$ 69.855 (R\$ 55.388 em 31 de dezembro de 2022), compreendendo as faturas já emitidas com expectativas de recebimento a partir de 2025 e a parcela da linearização da receita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contas a receber - Outros				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Crédito Nota de Débito:				
Prumo Logística	-	5	-	5
Dome Serviços Integrados	-	4.133	-	4.133
UTE GNA I	-	1	-	1
Águas Industriais do Açu	124	62	-	-
Reserva ambiental	448	416	-	-
Vast Infraestrutura	214	146	214	146
Porto de Antuérpia	29	13	29	13
GSA - Grussal S. G. E. Açu	-	167	-	-
Total - outros valores a receber	815	4.943	243	4.298
Créditos Venda de ativos:				
Açu Petróleo Investimentos (a)	596.563	527.329	596.563	527.329
Total - Venda de ativos:	596.563	527.329	596.563	527.329
Total Geral	597.378	532.272	596.806	531.627
Circulante	815	811	243	166
Não circulante	596.563	531.461	596.563	531.461

- a) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açu Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Não houve amortização em 2023 (R\$ 20.814 em 2022) da dívida. O saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES assinado entre Porto do Açu e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015 e reperfilado em 31 de janeiro de 2020.

Contas a pagar				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a pagar - Notas de débito				
Port of Antwerp Internacional N. V	905	1.846	905	1.846
Prumo	1.670	1.456	1.676	1.456
Águas Industriais do Açu	55	17	-	-
Reserva Ambiental	165	149	-	-
NFX Combustíveis Marítimos	3	432	3	432
Total - curto prazo	2.798	3.900	2.584	3.734

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cessão do direito real de superfície:				
NFX Combustíveis Marítimos	3.541	3.360	3.541	3.360
UTE GNA I	14.465	13.463	14.726	13.740
Águas Industriais	3.383	3.197	-	-
Vast Infraestrutura	-	-	1.587	1.303
Dome Serviços Integrados	1.444	1.000	1.444	1.000
Receita Total - Cessão do direito real de superfície	22.833	21.020	21.298	19.403
Serviços Portuários:				
UTE GNA I	1.960	701	1.960	497
NFX Combustíveis Marítimos	335	34	335	34
Vast Infraestrutura	283	-	283	-
Dome Serviços Integrados	141	-	141	-
Receita Total - Serviços	2.719	735	2.719	531
Fornecimento de água:				
UTE GNA I	-	-	545	863
Receita Total -Fornecimento de água	-	-	545	863
Serviços ambientais:				
UTE GNA I	-	-	229	336
Vast Infraestrutura	-	-	90	394
Receita Total - Serviços ambientais	-	-	319	730
Venda de ativos atualização monetária				
Açu Petróleo Investimentos	69.234	56.552	69.234	56.552
Total - Venda de ativos:	69.234	56.552	69.234	56.552
Total Geral:	94.786	78.307	94.115	78.079
	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Despesas:				
Port of Antwerp International N.V – Consultoria	(8.509)	(9.374)	(8.509)	(9.374)
NFX Combustíveis Marítimos	(144)	(386)	(144)	(386)
Reserva Ambiental	(394)	(1.919)	-	-
Total Despesa:	(9.047)	(11.679)	(8.653)	(9.760)
Custos:				
Águas Industriais	(608)	(1.697)	-	-
Reserva Ambiental	(1.403)	-	-	-
Total Custos:	(2.011)	(1.697)	-	-
Total Geral:	(11.058)	(13.376)	(8.653)	(9.760)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023 os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Diretores		
Pró-labore	5.174	5.072
Bônus	6.913	5.756
Benefícios e Encargos	2.797	2.743
	14.884	13.571

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado			
	2023			2022
	Venciment o	Principal	Juros e atualização	Total
Instituições				
BNDES (Repessadores) (i)	15/07/2033	1.034.457	78.290	1.112.747
(-) Custo de transação (i)		(54.544)	-	(54.544)
BNDES (Repessadores) (ii)	15/07/2033	2.302.198	79.485	2.381.683
(-) Custo de transação (ii)	-	(121.419)	-	(121.419)
Debêntures (iii)	15/07/2033	2.054.810	63.611	2.118.421
(-) Custo de transação (iii)	-	(17.049)	-	(17.049)
		5.198.453	221.386	5.419.839
				5.333.398
Circulante		43.609	221.386	264.995
Não circulante		5.154.844	-	5.154.844
				5.095.734

Em 31 de dezembro de 2023, o custo médio de captação para financiamentos em reais é de 11,77% a.a. (12,83% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

(i), (ii) e (iii) Em 2023 a Companhia realizou os pagamentos de amortização e juros previstos em contrato, nos montantes de R\$ 36.515 e R\$ 526.176 respectivamente, além do pagamento de R\$ 13.694 de amortização extraordinária.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açu

A Prumo Logística S.A. é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R. L, a EIG Enegy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC, EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia são intervenientes anuentes, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R\$ 3.494.430 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.511.232 em 31 de dezembro de 2022); e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$ 2.118.422 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.040.789 em 31 de dezembro de 2022).

Além das garantias supracitadas, o pacote de garantias conta com as seguintes garantias reais, elencadas a seguir.

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander ("Repassadores"), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu (detidas pela Prumo);
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu (detidas pela PAI Invest N.V.);
- (v) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Quotas do EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia;
- (vi) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (vii) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;
- (viii) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (ix) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;
- (x) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (xi) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (xii) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xiii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC;
- (xiv) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional);
- (xv) Contrato de Administração de Contas.

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pela Porto do Açu, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os bancos repassadores e debenturistas nomearam o Oliveira Trust Servicer S.A. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

Importante ressaltar que para desenvolvimento dos projetos GNA I e GNA II, a Porto do Açu celebrou: (a) o Instrumento Particular de Futura Concessão de Direito Real de Superfície e Uso de Infraestrutura Geral, em 2 de maio de 2018, com a GNA Infra, a UTE GNA I, UTE GNA II e a GNA; (b) o Contrato de Cessão de Uso Onerosa, em 2 de maio de 2018, com a UTE GNA I e a GNA, com relação ao direito de uso do molhe norte; e (c) o Contrato de Infraestrutura Acessória, em 3 de julho de 2019, com a UTE GNA I, a GNA e a GNA Infra, com relação aos direitos para construção e uso de Infraestrutura Acessória e a Área de Infraestrutura Acessória.

Além disso, a Porto do Açu detém a propriedade de uma linha de transmissão de 345kV, de aproximadamente 50 km (cinquenta quilômetros) que conecta o Porto do Açu à rede elétrica nacional, através da subestação Furnas. A Linha de Transmissão é a conexão física que a usina termelétrica da UTE GNA I precisará para despachar sua produção.

Neste sentido, os Repassadores e os Debenturistas aprovaram a desconstituição da alienação fiduciária existente sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão e aprovaram a constituição de uma alienação fiduciária pela Porto do Açu sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão em favor dos credores do Financiamento UTE GNA I, e, ainda, a futura doação direta da Linha de Transmissão à Furnas, na qualidade de operador local em cumprimento de norma regulatória.

Cláusulas restritivas (covenants)

Os *covenants* financeiros da Porto do Açu serão medidos pelas demonstrações financeiras e índices financeiros dos saldos consolidados da controladora Prumo Logística, aplicáveis nos exercícios findos, conforme tabela abaixo. Os *covenants* não financeiros seguem as disposições regulares do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures.

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Dívida Líquida / EBITDA	6,5x	6,0x	5,5x	5,0x	4,5x	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	1,3x	1,3x	1,5x	1,5x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x
ICSD	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x

Esses Covenants financeiros da controladora Prumo serão calculados por meio de uma consolidação proforma das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Prumo detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Prumo em cada uma destas sociedades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Sendo:

“Dívida Líquida”: Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração.

“EBITDA”: Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

“Despesas Financeiras Líquidas”: Despesas financeiras totais menos receitas financeiras totais.

“ICSD”: Caixa Disponível para o Serviço da Dívida / Serviço da Dívida.

“Caixa Disponível para o Serviço da Dívida”: EBITDA acrescido dos recursos recebidos pela controladora Prumo por meio de suas subsidiárias menos o imposto de renda e os investimentos em imobilizado.

“Serviço da Dívida”: Somatório do pagamento de juros e amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas financeiras; e

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador no projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açu ou do Interviente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interviente Garantidor do Porto do Açu.

(i) Obrigações adicionais da Prumo Logística (Interviente Garantidora) e da Porto do Açu (Emissora)

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R\$4.000 (quatro milhões de reais) anuais.

O Interviente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; deverá notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	2022	Fluxo de Caixa			Efeito não Caixa		2023
		Captação / (Liquidação)	Juros Pagos (*)	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária	Amortização Custo de Transação	
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	5.333.398	(50.209)	(526.174)	-	637.214	25.610	5.419.839
	5.333.398	(50.209)	(526.174)	-	637.214	25.610	5.419.839

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS	766	289	779	299
PIS/COFINS	11.728	-	11.768	64
ICMS	308	38	308	42
IRRF	1.130	1.025	1.143	1.044
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	257	136	279	154
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ e CSL")	-	-	1.119	1.567
INSS retido de terceiros	282	422	316	460
IPTU	7.663	-	7.663	-
	22.134	1.910	23.375	3.630
Circulante	10.467	1.910	11.708	3.630
Não Circulante	11.667	-	11.667	-

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(579.490)	(640.341)	(571.403)	(635.083)
Ajustes de Consolidação		-	(6.917)	(2.998)
Prejuízo líquido ajustado	(579.490)	(640.341)	(578.320)	(638.081)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	197.027	217.716	196.629	216.948
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Diferenças Permanentes	(3.580)	(6.742)	(4.007)	(7.191)
Créditos fiscais não reconhecidos - Diferenças Temporárias	10.317	7.131	10.353	7.091
Créditos fiscais não reconhecidos – Prej. Fiscal e Base Negativa CSLL	(203.764)	(218.105)	(204.167)	(218.294)
IR/CSLL (Lucro Presumido e Adicional 10%)	-	-	42	(454)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	(1.150)	(1.900)
Alíquota efetiva	-	-	0,20%	0,30%
IR e CSL Corrente	-	-	(1.119)	(1.946)
IR e CSL Diferido	-	-	(31)	46
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	(1.150)	(1.900)

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9 – Impostos diferidos, até o período findo de 31 de dezembro de 2023, a Porto do Açu realizou provisão para não realização de créditos fiscais diferidos no montante de R\$1.643.448, referentes ao ativo fiscal diferido apurado até o determinado período. Para demais períodos, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

22 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Desapropriação de Terrenos	975	2.213	975	2.219
Serviços de Implantação e Infra	8.677	6.298	9.061	6.851
Serviços Operacionais	12.492	6.669	12.638	6.677
Serviços Adm. e TI	11.069	8.566	11.454	9.038
Outros	6.518	3.089	6.556	3.280
	39.731	26.835	40.684	28.065
Circulante	39.731	26.689	40.684	27.913
Não circulante	-	146	-	152

A expectativa para cumprimento de todas as obrigações com fornecedores é apresentada no quadro a seguir considerando a data base de 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Consolidado
Vencidos	546	549
Em até 30 dias	38.706	39.656
2 a 6 meses	479	479
Total	39.731	40.684

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Por outro lado, a expectativa em 31 de dezembro de 2022 se apresentava conforme quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Vencidos	1.876	1.883
Em até 30 dias	17.205	17.861
2 a 6 meses	7.608	8.169
Acima de 1 ano	146	152
Total	26.835	28.065

23 Provisão para contingências

a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado					2023
	2022	Adição	Reversão	Pagamento	ATM	
Trabalhistas (a)	1.354	476	(411)	(18)	23	1.424
Cível (b)	11.906	80	(12)	-	244	12.218
	13.260	556	(423)	(18)	267	13.642

- (a) Ações Trabalhistas: R\$ 1.424 (R\$ 1.354 em 31 de dezembro 2022) relacionado a diversas reclamações trabalhistas, em sua maioria ajuizada em face de subcontratados da Companhia.
- (b) Ações Cíveis: R\$ 11.848 em virtude da ação judicial proposta pela Mecanorte visando o ressarcimento por supostos prejuízos decorrentes de dois contratos firmados com a Companhia, um de fornecimento de material pétreo e outro de empreitada. R\$ 370 se refere à provisão de pagamento de indenização complementar em processos de desapropriação oriundos da criação do Distrito Industrial de São João da Barra, nos quais Companhia vem realizando os pagamentos em decorrência dos contratos celebrados com a CODIN.

b. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

A Companhia e suas controladas possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fiscais	79.514	78.806	91.219	90.234
Trabalhistas	7.848	6.997	7.848	6.997
Cíveis	54.200	38.212	54.200	38.212
	141.562	124.015	153.267	135.443

Em 31 de dezembro de 2023, os principais processos de perdas possíveis para a Companhia são os que seguem:

Processos fiscais: No cenário tributário os processos mais relevantes, no polo passivo, estão em discussão administrativa, perante os órgãos competentes: (i) Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a redução de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no valor de R\$ 59.515 e acréscimo na base de cálculo das contribuições de PIS e da COFINS, ocasionando uma cobrança adicional dessas contribuições no valor de R\$ 11.701 (em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$12.097); (ii) cobranças adicionais de Imposto Territorial Rural ("ITR") na área da Fazenda Caruara, no valor de R\$ 11.801 (R\$ 11.381 em 31 de dezembro de 2022) e (iii) outros processos nos quais se questiona a cobrança de ISS, IOF e débitos compensados por DCOMPS, totalizando um montante aproximado de R\$ 8.202 (R\$7.241 em 31 de dezembro de 2022).

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, ações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas "intineres", pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas, totalizando o montante aproximado de R\$ 7.848 (R\$ 6.997 em 31 de dezembro de 2022).

Processos cíveis: O valor total de R\$ 54.200 (R\$ 38.212 em 31 de dezembro de 2022), decorre de ações cíveis gerais, ações de desapropriação e ações de natureza ambiental, conforme descrito abaixo:

Ações cíveis gerais: em sua maioria indenizatórias, relacionadas a contratos celebrados entre a Companhia ou suas controladas e prestadores de serviços. A melhor estimativa de desembolso para esses casos soma um montante de R\$ 34.770.

Ações de desapropriação: Em 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deu início à implementação do Distrito Industrial de São João da Barra, sendo necessária, para tanto, a desapropriação de imóveis localizados na área.

Em 2010, a Companhia celebrou com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), ente da estrutura estatal fluminense, Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, por meio da qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos judiciais em trâmite perante o Poder Judiciário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nos referidos processos, discute-se exclusivamente o valor justo da indenização a ser paga aos antigos proprietários. Neste contexto, os valores inicialmente depositados em juízo pela CODIN para fins de indenização conferem parcial proteção financeira à Companhia, no entanto, a depender do resultado de cada processo, pode ser necessária a complementação dos referidos valores, motivo pelo qual os assessores legais da Companhia entendem que o prognóstico de perda desses casos é possível.

Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2023, o valor estimado de complementação em processos com sentença já prolatada pelo Poder Judiciário totaliza R\$ 19.430 (R\$ 17.645 em 31 de dezembro de 2022).

Processos ambientais: são ações civis públicas ou ações individuais ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais decorrentes da construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

Acionistas	2023		2022	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	3.228.691	98,5	2.953.788	98,37
PAI Invest N. V	49.048	1,5	49.048	1,63
	3.277.739	100,00	3.002.836	100,00

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2023, foi realizado o aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de 274.903 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,30 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$632.277 destinados à conta de capital social da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora Prumo realizou aportes, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), no ano de 2023, o montante de R\$ 258.270. O montante total integralizado no ano de 2023 foi de R\$ 632.277.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de AFAC é de R\$225.400 (R\$ 599.407 em 31 de dezembro 2022) irrevogáveis e irretroatáveis, e conversíveis na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal.

c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em vista o prejuízo apurado.

d. Reserva de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios e ganhos nas variações percentuais com empresas investidas. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiária; iv) incorporação ao capital; e v) pagamento de dividendo cumulativo. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total consolidado de reserva de capital é de R\$ 246.999 (R\$ 621.012 em 31 de dezembro de 2022).

25 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel da retroárea e serviços portuários.

As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores sujeitos a variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta - Gerais				
Cessão direito real de superfície	206.087	197.860	206.562	198.062
Serviços portuários	229.215	133.787	229.215	133.787
Fornecimento de água	-	-	10.328	8.971
Serviços ambientais	-	-	733	78
Total receita bruta - Gerais	435.302	331.647	446.838	340.898
Receita bruta - Partes Relacionadas				
Cessão direito real de superfície	22.833	21.020	21.298	19.403
Serviços portuários	2.719	735	2.719	531
Fornecimento de água	-	-	545	863
Serviços ambientais	-	-	319	730
Total receita bruta - Partes Relacionadas	25.552	21.755	24.881	21.527
Total Receita Bruta	460.854	353.402	471.719	362.425
Imposto sobre receita (PIS/COFINS/ISS/ICMS)	(47.020)	(35.513)	(48.039)	(36.819)
Receita líquida	413.834	317.889	423.680	325.606

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos da Companhia e de suas controladas pela contraprestação do trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

26 Custos dos serviços prestados

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Salários e encargos		(35.077)	(26.937)	(36.092)	(27.835)
Bônus		(6.089)	(3.601)	(6.248)	(3.732)
Serviços de terceiros		(46.558)	(42.128)	(52.995)	(47.463)
Aluguéis e arrendamentos		(3.702)	(2.099)	(3.832)	(2.272)
Depreciação e amortização	16 e 17	(153.141)	(139.791)	(153.815)	(140.189)
Amortização direito de arrendamento	18	(9.500)	(522)	(9.594)	(522)
Seguros diversos		(2.822)	(2.915)	(2.852)	(2.944)
Serviços portuários		(947)	(1.067)	(948)	(1.067)
Partes Relacionadas	19	(2.011)	(1.980)	-	-
Custos diversos		(7.114)	(9.095)	(7.984)	(9.810)
		(266.961)	(230.135)	(274.360)	(235.834)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27 Despesas gerais e administrativas

A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e encargos	(41.658)	(41.018)	(41.961)	(41.392)
Bônus	(17.115)	(14.180)	(17.115)	(14.180)
Serviços de terceiros	(26.917)	(28.906)	(27.224)	(29.143)
Partes Relacionadas	19	(9.047)	(11.679)	(8.653)
Viagens e estadias	(2.260)	(1.590)	(2.260)	(1.590)
Aluguéis e arrendamentos	(1.509)	(1.651)	(1.509)	(1.651)
Indenização cível	23	(68)	5.732	(68)
Impostos e taxas	(8.502)	(7.214)	(8.982)	(7.694)
Depreciação e amortização	16 e 17	(9.490)	(10.179)	(3.447)
Provisão de contingências Trabalhistas	23	(47)	(788)	(47)
Amortização direito de arrendamento	18	(1.175)	(1.133)	(1.174)
Licença de uso de software	(2.707)	(2.591)	(2.707)	(2.601)
Publicidade	(915)	(3.037)	(974)	(3.368)
Despesas diversas	(8.387)	(3.713)	(8.413)	(3.680)
	(129.797)	(121.947)	(124.534)	(115.380)

28 Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(717)	(693)	(891)	(878)
Corretagem e comissões	(1.657)	(1.669)	(1.657)	(1.669)
Juros sobre empréstimos (*)	20	(546.399)	(559.554)	(546.399)
Juros sobre arrendamentos	18	(1.795)	(544)	(1.804)
Atualização monetária (**)	20	(90.815)	(106.344)	(90.815)
Amortização de custo de transação	20	(25.610)	(25.961)	(25.961)
Despesas Financeiras (contingência)	23	(267)	88	(267)
Outras despesas financeiras	(376)	(3.439)	(409)	(3.514)
	(667.636)	(698.116)	(667.852)	(698.376)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	6.932	13.318	7.323	14.198
Juros ativos	10	321	8.623	345
Juros s/ depósitos judiciais	2.148	-	2.210	-
Atualização monetária - partes relacionadas	19	69.234	56.552	69.234
Outras receitas financeiras	414	479	509	486
	79.049	78.972	79.621	79.994
Resultado financeiro líquido	(588.587)	(619.144)	(588.231)	(618.382)

(*) Juros sobre empréstimos de R\$407.786 com BNDES (R\$ R\$423.539 em 31 de dezembro de 2022), R\$138.613 sobre Debêntures (R\$136.015 em 31 de dezembro de 2022);

(**) Atualização monetária sobre Debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Porto do Açu utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petroleiro. O Porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 210 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas de diversos segmentos.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

Fornecimento de Água

Fornecimento de água para fins industriais aos clientes instalados no Complexo Industrial do Porto do Açu.

Reserva Ambiental Caruara

A Reserva Caruara é uma Unidade de Conservação, do tipo RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), criada de forma voluntária em 2012 pela Porto do Açu Operações, com a missão de proteger, restaurar e promover a biodiversidade do maior fragmento remanescente de restinga em área privada do Brasil, por meio de ações e serviços que gerem conhecimento científico, educação e benefícios ambientais, sociais e econômicos. Inauguramos em 2023 a sede da Reserva Caruara com o objetivo de potencializar o Turismo Sustentável, os Serviços Ambientais e a Educação e Pesquisa Científica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Outros

Refere-se às demais empresas controladas pela Porto do Açu, incluindo empresas operacionais e não operacionais, são elas: Pedreira Sapucaia, G3X, GSA e SNF.

Resultado do exercício por segmento - findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado				
	2023				
	Receita líquida	Custos	Despesas administrativas	Outras despesas e receitas	Resultado financeiro
Industrial Hub & T-Mult	413.834	(266.961)	(129.797)	(7.979)	(588.587)
Fornecimento de Água	10.502	(5.255)	(528)	(1.039)	(2.228)
Reserva Ambiental Caruara	4.849	(5.402)	(177)	237	12
Outros	-	-	(495)	(53)	(148)
Eliminação /Ajuste consolidação	(5.505)	3.258	6.463	(274)	2.720
Total	423.680	(274.360)	(124.534)	(9.108)	(588.231)

	Consolidado				
	2022				
	Receita líquida	Custos	Despesas administrativas	Outras despesas e receitas	Resultado financeiro
Industrial Hub & T-Mult	317.889	(230.135)	(121.947)	12.996	(619.144)
Fornecimento de Água	10.513	(4.113)	(520)	(1.501)	(1.708)
Reserva Ambiental Caruara	4.300	(4.348)	(328)	(466)	29
Outros	-	-	(573)	3	(131)
Eliminação /Ajuste consolidação	(7.096)	2.762	7.988	(4.024)	2.572
Total	325.606	(235.834)	(115.380)	7.008	(618.382)

Ativos por segmento em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado					
	2023			2022		
	Investimento em controladas	Propriedades para Investimentos	Imobilizado e Intangíveis	Investimento em controladas	Propriedades para Investimentos	Imobilizado e Intangíveis
Industrial Hub & T-Mult	108.542	450.006	2.609.542	108.470	450.006	2.684.709
Fornecimento de Água	-	-	7.554	-	-	7.769
Reserva Ambiental Caruara	-	5.219	16.395	-	5.219	16.037
Outros	-	74.592	463	-	74.592	512
Eliminação /Ajuste consolidação	(108.542)	-	(864)	(108.470)	-	(835)
Total	-	529.817	2.633.090	-	529.817	2.708.192

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$768.160 (R\$817.532 em 31 de dezembro de 2022), que deverão ser cumpridos conforme acordado em contrato.

	Consolidado	
	2023	2022
Porto do Açu (a)	750.483	798.754
Águas Industriais (b)	5.650	5.661
Reserva Ambiental (c)	11.902	12.935
Outros	125	182
	768.160	817.532

- (a) O principal compromisso assumido pela empresa se refere ao contrato de dragagem de longo prazo representado por R\$ 300.107, sendo todo o valor restante alocados em contratos de locação de equipamentos e despesas gerais e administrativas, como: vigilância e segurança, suporte T.I. transporte de funcionários, alimentação, seguros de vida e saúde, viagem, consultorias, manutenção, energia. No encerramento do 4º trimestre, R\$100, refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras civil, dragagem referente a projetos e novos contratos a serem executados em 2024.
- (b) Refere-se a gastos gerais e administrativos das naturezas de serviço como: consultorias, serviço de manutenção, energia, compra de equipamentos e entre outros.
- (c) Gastos com construção e despesas gerais das naturezas de serviços como: planejamento e execução de obra de engenharia e outros.

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas bullet e de curto prazo.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

				2023		2022	
	Nota	Categoria / Mensuração	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos							
Caixa e bancos	6	custo amortizado	Nível 2	1.015	1.015	2.376	2.376
Aplicações financeiras	6	custo amortizado	Nível 2	40.982	40.973	54.500	54.471
Caixa restrito	6	custo amortizado	Nível 2	49.003	49.003	253.492	253.492
Clientes	7	custo amortizado	Nível 2	232.053	230.051	178.100	177.325
Depósitos bancários vinculados		custo amortizado	Nível 2	3.423	3.423	3.367	3.364
Depósitos restituíveis	10	custo amortizado	Nível 2	50.430	50.430	58.760	58.760
Créditos a receber	19	custo amortizado	Nível 2	596.806	596.806	531.627	531.627
Debêntures - DIP (*)	12	custo amortizado	Nível 2	688.646	1.553.701	689.219	1.369.219
Créditos com terceiros	12	custo amortizado	Nível 2	68.682	68.682	74.029	74.029
				1.731.040	2.594.084	1.845.467	2.524.663
Passivos							
Fornecedores	22	custo amortizado	Nível 2	40.684	40.684	28.065	28.065
Empréstimos, financiamentos - BNDES	20	custo amortizado	Nível 2	3.318.467	3.318.467	3.311.920	3.311.920
Debêntures - FIGFS	20	custo amortizado	Nível 2	2.101.372	2.101.372	2.021.478	2.021.478
Outros passivos financeiros	19	custo amortizado	Nível 2	2.584	2.584	3.733	3.733
Adiantamentos de clientes		custo amortizado	Nível 2	4.424	4.424	210	210
Obrigações com terceiros		custo amortizado	Nível 2	-	-	19.880	19.880
Passivo de arrendamentos	18	custo amortizado	Nível 2	18.346	18.346	11.552	11.552
				5.485.877	5.485.877	5.396.838	5.396.838

(*) valor justo, apenas, para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

O valor dos empréstimos, financiamentos e debentures está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2023 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

As mensurações de valor justo reconhecidas nas demonstrações contábeis consolidadas são agrupadas em níveis, baseadas no grau em que cada valor justo é observável. Os valores justos para os contratos do BNDES e FI-FGTS, são considerados similares aos respectivos saldos contábeis que a companhia possui até a data, dado que não foram

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

identificados instrumentos comparáveis. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento deles, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Riscos de Mercado

(ii) Risco cambial

São considerados riscos de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia, no entanto, em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(iii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 20 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023, 100% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 37,74% corrigidos pelo IPCA, 42,43% pela TLP e 19,82% pela Selic.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas pelo IGP-M e os recursos financeiros estão aplicados em um fundo, do banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a Companhia possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açu e, portanto optou por não abrir posição em operações de hedge para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhares de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%, e os incrementos em relação ao caso base.

O cálculo de sensibilidade foi feito com base nas projeções do relatório Focus, do Banco Central, para todas as dívidas da Porto do Açu.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
BNDES (Selic e TLP)	7.088.440	7.014.301	406.743	389.278	811.898	777.078
Debêntures (IPCA)	4.168.009	4.156.744	428.040	422.080	903.071	890.897
Total	11.256.449	11.171.045	834.783	811.358	1.714.969	1.667.975

As projeções utilizadas no cálculo têm data base em 31 de dezembro de 2023 e foram disponibilizadas até 2026. A partir deste ano, foram utilizados os últimos valores apresentados.

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2027 em diante
Selic (%a.a.)	11,75	9,00	8,50	8,50	8,50	8,50
IPCA (%a.a.)	4,62	3,90	3,50	3,50	3,50	3,50

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a Companhia ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia terá correção pelo IGP-M e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2033, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moody's e Fitch, usando a avaliação e risco nacional ou internacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e não consideram o impacto dos acordos de compensação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado - 2023					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	40.684	-	-	-	-	40.684
Empréstimos, financiamentos e debêntures	263.004	289.770	675.888	2.341.912	7.109.490	10.680.064
Outros passivos financeiros	2.584	-	-	-	-	2.584
Passivo de arrendamento	4.253	3.308	5.495	3.983	1.307	18.346
Adiantamentos de clientes	4.424	-	-	-	-	4.424
Total por faixa de prazo	314.949	293.078	681.383	2.345.895	7.110.797	10.746.102

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Consolidado - 2022					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	27.913	-	152	-	-	28.065
Empréstimos, financiamentos e debêntures	242.302	307.603	561.913	2.161.926	7.897.302	11.171.046
Outros passivos financeiros	3.733	-	-	-	-	3.733
Passivo de arrendamento	1.357	1.357	3.703	5.135	-	11.552
Adiantamentos de clientes	210	-	-	-	-	210
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	19.880
Total por faixa de prazo	275.515	308.960	565.768	2.186.941	7.897.302	11.234.486

32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no mesmo setor.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Riscos operacionais - Danos materiais	91.947	83.285	105.107	96.445
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	320.885	339.131	330.885	349.131
Lucros cessantes	271.079	292.191	274.079	295.691
	683.911	714.607	710.071	741.267

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33 Eventos Subsequentes

a. Empréstimos e Financiamentos

No âmbito do plano estratégico da Porto do Açu, o qual visa a otimização do fluxo de caixa, aumento da capacidade de investimentos e geração de valor, conforme detalhes da nota explicativa de Continuidade Operacional, a Companhia iniciou, no começo de 2023, as negociações com bancos credores para o reperfilamento dos atuais contratos de financiamento, cujo cronograma considerava a celebração dos documentos anteriormente ao vencimento da parcela de 15 de janeiro de 2024, o que não ocorreu. Desta forma, as partes celebraram, em 12 de janeiro de 2024, um acordo de Standstill até 15 de março para a conclusão do processo.

b. Fato Relevante - OSX

Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX apresentou um segundo pedido de recuperação judicial, em que a Porto do Açu figura na qualidade de credor. Outras frentes judiciais e arbitrais entre Porto do Açu e Grupo OSX foram iniciadas e seguem em curso. Até o fechamento das Demonstrações Financeiras, os montantes em discussão nessas frentes judiciais e arbitrais estão atrelados aos valores já divulgados na nota explicativa nº 13 – Créditos e obrigações com terceiros. Apesar dos novos andamentos, o cenário atual não reflete qualquer alteração das Demonstrações Financeiras da Companhia. A Porto do Açu ressalta, ainda, que esses movimentos não afetam as operações do porto e de seus clientes.

* * *

Composição de Diretoria

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Presidente

Marcelo Chaladovsky
Diretor Financeiro

Vinícius Patel
Diretor Administração Portuária

Mariana Moraes

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Diretora Jurídica

João Paulo Braz
Diretor- Presidente Comercial e de Terminais

Bernardo Duarte
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 112.921/O-7